

## **DIVERSIDADE X INCLUSÃO: Conceito, teoria e prática na educação infantil**

Eduardo Khater; Kelen Cristina Silva de Souza

### Resumo

Este artigo pretende trazer uma reflexão acerca das práticas e abordagens do tema da diversidade nos anos iniciais da educação básica, a fim de verificar de que forma a tão almejada inclusão vem sendo trabalhada nas escolas. Pretende também ampliar esse conceito, considerando o respeito à diversidade como uma categoria mais ampla da inclusão, pois não trata apenas das pessoas com deficiência. Traz a discussão da naturalização da diversidade inerente ao humano nos seus mais diversos aspectos cultural, de raça, de religiões e de gênero.

Sabemos que os seres humanos são sociais por natureza, e os preconceitos, discriminação e estigmas são aprendidos ao longo das interações e modelos que a criança tem contato ao longo do seu desenvolvimento, além dos discursos introjetados dos modelos presentes no meio em que vivem. Trabalhar a questão da diversidade de forma ampla, sistemática e contínua, porém de maneira natural, inserida na rotina diária, seja nas brincadeiras, leituras, músicas e até mesmo no próprio convívio cotidiano, se faz necessário para que as crianças possam aprender a reconhecer e valorizar as diferenças e possam ser efetivamente agentes e mediadoras do processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão, Diversidade, Educação Infantil.

### 1. INTRODUÇÃO

A educação de uma maneira geral, tem se voltado nas últimas décadas para o tema da Educação Inclusiva. O outrora atendimento segregado, perde força, em especial na década de 1990 com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), quando esta propõe que “o acesso de crianças e jovens com necessidades especiais às escolas regulares, que a elas devem se adequar...”, pois são justamente os estabelecimentos de ensino que constituem os ambientes mais apropriados para “combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva” e atingindo de fato uma educação para todos. A Educação Especial vem desde então, revisitando seu papel para atuar como suporte à escola regular no recebimento de alunos portadores de deficiência, no entanto ainda são diversos os relatos de discriminação sofrida nas escolas. Os modelos de inclusão se apresentam de diferentes formas, subjetivas e muitas vezes perversos. Não há um modelo único que contemple as demandas educacionais de todos os alunos e estabelecimentos de ensino espalhados pelo país. No entanto é consenso que este tema seja debatido, em especial nos ambientes acadêmicos, posto que ainda de acordo com a Declaração de Salamanca (1994):

“As Universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, em especial no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento”

(SALAMANCA 1994, Art. 46)

O presente artigo não pretende constituir-se como uma revisão exaustiva de literatura, mas oferecer uma reflexão acerca do conceito de inclusão, nas letras da lei e na efetivação prática das rotinas pedagógicas, em especial na primeira etapa de escolarização – a educação infantil, posto que estudar crianças e suas experiências escolares na primeira e segunda infância, vêm se constituindo parece ser o interesse de pesquisas ao redor do mundo.

Na história, o deficiente sempre foi marcado por rejeições, preconceitos e discriminações. A deficiência era entendida como doença, e todo o atendimento prestado as pessoas com deficiência era considerado pelo enfoque da doença. Nas instituições especializadas o trabalho era organizado com base em um conjunto de terapias individuais (fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, etc.) e não enfatizava a atividade escolar.

Parte deste processo pode ser explicado pela origem no modelo médico que despertou para a necessidade de escolarização de pessoas com deficiência que se encontravam “misturadas” nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, sexo ou de raças, mas em especial sem distinção dos tipos de limitações que os sujeitos apresentavam.

A educação escolar não era considerada necessária, ou mesmo possível, principalmente para aqueles indivíduos com deficiências cognitivas severas. O trabalho educacional não tinha maiores perspectivas ou havia expectativas quanto à capacidade de desenvolverem-se academicamente e ingressarem na educação formal. Entretanto, percebe-se que as diferenças (não necessariamente as deficiências) de maneira geral causam estranheza e receio por parte dos profissionais que trabalham com essa população.

Segundo Silva (2001) questões de gênero, por exemplo perpassaram análises da Educação Infantil no que se refere à igualdade de oportunidades para homens e mulheres – na medida em que os cuidados com os filhos restringem, nas nossas sociedades, as possibilidades de vida pública das mulheres – e, de outro, à maciça presença de mulheres entre as educadoras infantis e seus significados relativos às identidades profissionais na área (Silva, 2001; 2008).

Em sua progressiva afirmação enquanto uma ciência e profissão, a Educação Especial incorporou os avanços da Pedagogia, Psicologia da Aprendizagem e Social, fomentando o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados em princípios de modelagem e modificação de comportamento e de processos grupais. Essas novas metodologias têm apontado que é necessário incluir todos os alunos em sala, independente de etnia, sexo, raça, credo ou condição física ou ainda intelectual. Ou seja, devemos estar preparados para lidar com a diversidade, de maneira geral.

Este movimento de educação especial permitiu a inserção de progressivas iniciativas e técnicas de aprendizagem para o desenvolvimento acadêmico de pessoas com deficiências, até então excluídos do processo educacional formal de ensino. Os movimentos nacionais e internacionais apontam uma mudança de paradigma do modelo predominante até então (modelo médico), para o “modelo educacional”. A ênfase não é mais a deficiência inerente ao indivíduo, mas sim a falha do meio em proporcionar condições adequadas que promovessem a aprendizagem e o desenvolvimento (GLAT, 1985; 1995).

Com o avanço científico, as causas e origem das deficiências foram investigadas, esclarecidas e resignificadas, rompendo por vezes com a visão limitante da inclusão propriamente dita. Apesar desses

avanços terem contribuído para uma compreensão da deficiência como condição humana, os preconceitos ainda são presentes, não só no contexto escola, mas no social de maneira geral.

Um dos marcos da política educacional de pessoas com deficiência no Brasil, se deu por força da Lei Nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com a intenção de integrar, no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiência.

A democratização do ensino da educação infantil e especial, traz um conceito de educação como direito social, superando o modelo médico de cuidados voltados para doença, bem como o modelo clínico e terapêutico, sendo conduzido para abordagem bio-psico-social e cultural que valoriza a diversidade como forma de aprendizagem e de fortalecimento do ambiente escolar e da sociedade.

Infelizmente, em uma sociedade com tamanha desigualdade, não raro observamos as minorias serem oprimidas e reprimidas nos ambientes escolares. Mesmo com os avanços da Educação Especial em busca de uma Educação Inclusiva e das leis que garantem a igualdade e os direitos humanos, os preconceitos construídos culturalmente ainda determinam e expressam atitudes e ações consciente ou inconscientemente de mecanismos de julgamento e negação de pessoas diferentes em algum aspecto.

A Educação ainda parece ser a melhor forma de inclusão e rompimento de preconceitos e superação de barreiras, não só para as pessoas com algum tipo de deficiência, mas para todas as pessoas de uma forma geral. Até mesmo para os educadores que precisam trabalhar valores humanos desde o início da vida escolar das crianças.

Considerando os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; “a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem” (BRASIL, 1998, p.41), não só no âmbito escolar, mas também em âmbito familiar. Portanto, os movimentos de educação inclusiva, buscam transformar suas concepções e práticas, de modo a atender a todos os alunos, sem discriminações de qualquer natureza.

Para Gusmão (2000, p. 12) “o diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou”. Os alunos têm diferentes origens e histórias de vida, portanto, não podemos denegar essas diferenças que os tornam seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, cidadãos de direitos.

Nesta linha de pensamento, tratar as crianças com igualdade é respeitar as suas diferenças. Gusmão (2000 p. 19) afirma ainda que “a pluralidade cultural de grupos étnicos, sociais ou culturais necessita ser pensada como matéria-prima da aprendizagem, porém nunca como conteúdo de dias especiais, datas comemorativas ou momentos determinados em sala de aula” Nesse sentido, o desafio conferido aos educadores e instituições é facilitar o processo de aprendizagem baseado na solidariedade e em valores humanos éticos e afetivos visando eliminar práticas de discriminação e de exclusão presentes nos ambientes onde se pretende a inclusão.

## 2. INCLUSÃO: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS

A inclusão escolar prevista pela Lei de Diretrizes e Bases (LDBeN), Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e pela Constituição Federal, foi um marco histórico, conquistado após anos de questionamentos e reflexões de diversas categorias profissionais, em especial a pedagogia, sobre o tema.

Sabemos que a lei é um instrumento importante na garantia da inclusão, pois busca equipar e superar dificuldades maiores que os demais alunos com a mesma idade, em virtude dessa singularidade, esses alunos precisam de estratégias pedagógicas e métodos próprios para sua aprendizagem.

A proposta e metodologia de ensino tal qual descrita na letra da lei, sugere uma forma de educar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com professores capacitados para atender as necessidades de todos os alunos, qualquer que seja o nível de educação. Porém além de questão política educacional faz-se necessário comprometimento e motivação dos profissionais para integrar esses alunos nas classes regulares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) classifica e categoriza o aluno com necessidades especiais em diversos tipos de deficiência, no entanto não trata especificamente de outras subjetividades as quais os alunos também necessitam de um apoio e mediação de profissional capacitado para promover a inclusão e respeito a diversidade.

Dentre esta diversidade nem sempre falamos de pessoas com deficiência, mas pessoas diferentes e que devem conviver de forma ética e solidária, respeitando as diferenças, tratando como igual.

Na mesma linha da inclusão de alunos portadores de deficiência, também se percebe uma certa urgência de novas ideias sobre necessidades das crianças, em especial na Educação infantil. O trabalho das instituições deve estar amparado pela LdB (1990), no que se refere ao oferecimento de recursos aos alunos segundo suas necessidades.

Posto isso o que se observa é uma necessidade de atenção a fatores escolares, como a flexibilidade e sensibilidade dos professores, a gestão escolar, a produção de informação e pesquisa, a formação de pessoal docente, a oferta de serviços externos de apoio e etc; bem como a necessidade de uma maior disponibilidade de recursos para a construção de escolas inclusivas e reflexivas e maior participação da comunidade escolar – interna e externa.

A inclusão, que é decorrente da integração, se diferenciou dessa por sugerir que não são as crianças que devem se ajustar as exigências da escola, era o sistema de educação que deveria ser revisto para atender todos os alunos independente de suas condições pois é o dever da escola ser o facilitador na integração social do aluno.

O conceito de integração, segundo Mazotta (1982) deve envolver o espaço e o tempo de convivência no mesmo ambiente. Assim quanto maior a oportunidade de convivência melhor os resultados, desde que a escola e o ambiente sejam preparados adequadamente para uma integração de forma “gradativa”.

No entanto o que percebemos nas produções e práticas atuais é que vivemos um momento de valorização da igualdade e de inclusão nas sociedades atuais. Diversos grupos e minorias buscam possibilidades de valorização pessoal e social, e mesmo não tendo a consciência da luta pelos direitos, as crianças contam com atores e militantes em busca da inclusão e da convivência social.

A segregação vivenciada historicamente pela pessoa com deficiência, hoje em dia se configura em socialização e todas as leis criadas corroboram para a garantia desses direitos. Ainda um desafio posto nos espaços de inclusão refere-se a questão da integração Social da pessoa com deficiência, ou seja, o processo de integração, participação ativa dos grupos, e com toda a comunidade escolar.

A educação inclusiva aponta para uma possibilidade legal de educação para todos, isto é a educação que visa reverter o percurso da exclusão, ao criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos.

Desta forma buscamos o ideal de uma escola inclusiva que possa transformar não apenas a estrutura física, mas aspectos subjetivos como as atitudes e a mentalidade dos educadores e de todos os atores da comunidade escolar, para aprender a lidar com as diferenças.

A Educação Especial é de responsabilidade de todos, sem exclusividade ou exclusão dos poderes públicos e particulares. A partir das trocas e interações, as crianças ampliam suas chances de se apropriar com mais qualidade do mundo ao seu redor. Elas são seres sociais por natureza, e podem aprender desde cedo a coexistir sem maiores conflitos.

A sociedade só será inclusiva se pudermos identificar contradições, paradoxos e promover rupturas. Enfrentar pesadelos, superar o conformismo e não desistir da utopia da educação inclusiva como um paradigma educacional buscando romper com as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A Educação Inclusiva, em especial na educação infantil, supõe uma atenção individualizada e ao mesmo tempo social, sem preconceitos ou discriminações, respeitando e ofertando uma atenção de qualidade para todos os alunos, em seus diferentes ritmos de aprendizagem, cultura e estilos.

As limitações encontradas no sistema educacional são inúmeras para uma educação de qualidade a pessoas com necessidades especiais, entretanto é possível reverter o quadro, ou seja, reconhecer a diversidade existente nos espaços de socialização das crianças, em especial nos espaços escolares, é fazer socialização um meio de transformação, valorização da diferença e da singularidade de cada pessoa, tenha ela deficiência ou não. Nesse sentido existe o desafio de incluir, com sucesso, todas as crianças no processo de ensino-aprendizagem o que exige que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, e abertas à diversidade. Há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam nos primeiros anos de ensino bem como no ensino fundamental. É importante a inclusão dentro e fora da escola, nesse sentido, é coerente a ideia de Ferrera e Guimarães (2003, p.117).

“A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola, mas, para ter sucesso, as escolas devem torna-se comunidades conscientes. Sem esse sentido de comunidade, os esforços para alcançar resultados expressivos são inoperantes.”

Portanto, é imprescindível dominarmos bem os conceitos exclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de cor, idade, gênero, tipo de necessidade, deficiência especial e qualquer outro atributo pessoal.

Muitos caminhos ainda devem ser percorridos, barreiras a serem derrubadas, no que diz respeito aos aspectos técnicos, materiais, políticos e humanos, mas é preciso considerar os avanços alcançados, é preciso valorizar as competências coletivamente construídas em um período tão curto, que vêm proporcionando a promoção da Educação Inclusiva.

O papel da escola se apresenta, portanto, como uma instituição que promove e entende uma educação com qualidade, a educação que respeita a diversidade e amplia cada vez mais os recursos necessários para a aprendizagem dos sujeitos como cidadãos, ou seja, um campo aberto essas probabilidades ou possibilidades de real inclusão escolar e social.

Para que estes paradigmas da educação tradicional seja re significados, é necessário, além da flexibilidade e adaptações dos planos de ensino, metodologias e recursos; que os processos de avaliação sejam adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades especiais, sendo relevante pensar também a oferta de serviços de apoio especializado (pedagógico, psicológico e de outras áreas afins), realizado nas classes comuns, valorizando os professores especializados em educação especial.

O segredo do sucesso na inclusão é a disposição para trabalhar e construir uma rede que se adapte e pense em estratégias que superem as limitações dos profissionais e possa de verdade dar apoio a todos. Todos os alunos, independentemente de deficiência, querem se sentir incluídos, fazer amizades e conviver de maneira saudável.

A integração também é um direito que deve ser garantido a todas as crianças e mediada pelo profissional envolvido na educação das crianças com ou sem necessidades especiais ou específicas. Em uma perspectiva mais ampla, a integração contém formulações que permitem a inclusão de alguns alunos com as mais diferentes especificidades no do sistema regular de educação.

Devemos levar em consideração que uma proposta de atendimento integrativa necessita de investimentos e comprometimento, embora algumas escolas já tenham feito as adaptações necessárias como rampas, elevadores, banheiros, sinalizações, para todos (braile e sinais), mas estamos muito aquém do necessário. Não só no aspecto estrutural, mas em nível de consciência social e política.

No Brasil, apesar de mais tardiamente que em outros países, contamos com um dispositivo legal em defesa ao atendimento educacional às pessoas com deficiências, a saber, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 e a LDBEN 9394/96, mas foi nos últimos anos que se intensificou na prática a política educacional inclusiva.

A escola é um sistema submetido não só aos termos legais, mas também aos valores sociais e culturais dominantes. Não basta a organização escolar estar adaptada a letra da Lei, se não houver maturidade do profissional em educação na busca de um trabalho efetivo, de uma vivência para a construção do conhecimento, com capacidade de desenvolver recursos nos alunos para lidar com a frustração das possibilidades de insucessos. E para que esse profissional possa atingir todas essas metas desafiantes, precisa ser incluído nos planos governamentais de capacitação e apoio constantes, garantindo assim, maiores possibilidades de real atendimento a Educação Inclusiva.

Crianças com a autoestima elevada são as que se desenvolvem mais segundo pesquisas feitas através de observações em sala de aula. Geralmente elas surgem de famílias estruturadas, que por sua vez tem a função de formar o caráter, de educar para os desafios da vida.

A educação de pessoas com deficiência surge de forma solidária, contudo ainda de maneira segregada e excludente. Apresentava caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação em especial da igreja e de religiosos na Europa. Depois de alguns anos, surgiram na América do norte, programas de cuidados básicos a saúde, alimentação, educação e moradia, para uma parcela da população, até então abandonada pela sociedade.

Estudantes com necessidades especiais eram aqueles que possuíam dificuldades maiores que os demais alunos com a mesma idade, em virtude dessa singularidade, esses alunos precisam de estratégias pedagógicas e métodos próprios para sua aprendizagem.

Esse método de ensino, compreendido como educação especial, não era oferecido na rede regular de ensino, nem havia professores capacitados para atender esse aluno, em nível médio ou superior, e professores com especialização adequada, para integrar esse aluno nas classes normais.

Toda essa nova perspectiva e problematização das novas metodologias foram embasada nos movimentos internacionais a favor da inclusão são como Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Tailândia, 1990) Declaração de Nova Délhi (Índia, 1993) e Declaração de Salamanca (Espanha, 1994). O Brasil foi convidado, mas não participou, contudo, influenciado por esses movimentos, reformula seus marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), passando a classificar o aluno com necessidades especiais como:

- Portadores de deficiência: alunos que apresentam deficiência mental, física, auditiva, visual ou múltipla;
- Portadores de condutas típicas: alunos com comportamentos de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos, ou psiquiátricos que afetam o desenvolvimento e envolvimento social;
- Crianças de alto risco: alunos que tem o seu desenvolvimento debilitado por causa de fatores da gestação inadequada, alimentação imprópria, nascimento prematuro etc;
- Portadores de altas habilidades: os superdotados, pois apresentam grande nível intelectual, aptidão acadêmica específica, capacidade criativa produtiva, alta performance em liderança, elevada capacidade psicomotora, talento para as artes.

A Constituição Federal, em seu artigo 206, estabelece o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de frequentarem os serviços de atendimento educacional especializado (BRASIL, 1988). Porém ainda necessitamos de maiores esclarecimentos e adequações das instituições para que de fato as diferenças possam ser trabalhadas.

As necessidades especiais educacionais tratam-se de toda dificuldade que o sujeito tem em aprender, a escola precisa achar um método de ensinar todas as crianças e jovens, incluindo aqueles que possuem inferioridade física e intelectual para que eles possam obter êxito em seu desenvolvimento educacional.

É necessário que aconteça algumas mudanças na rede de ensino, reconhecer e valorizar é o princípio para uma educação que atenda as diversidades com a garantia de sucesso, compreendendo as várias formas de ser na heterogeneidade do ser humano. A inclusão, que é decorrente da integração, se diferenciou dessa por sugerir que não são as crianças que devem se ajustar as exigências da escola, era o sistema de educação que deveria ser revisto para atender todos os alunos independente de suas condições, pois é o dever da escola ser o facilitador na integração social do aluno.

O conceito de integração, segundo Mazzota, (1982) apresentavam as seguintes dimensões:

- Integração Física: envolve o espaço e o tempo de convivência no mesmo ambiente. Assim quanto maior fosse a oportunidade de convivência melhor seriam os resultados, desde que a escola e o ambiente fossem preparados adequadamente e a integração ocorresse de forma “gradativa”.
- Integração Funcional: supõe a utilização dos mesmos recursos educacionais disponíveis no ensino comum.
- Integração Social: Diz respeito ao processo de integração com o meio, à comunicação e à inter-relação por meio da participação ativa dos grupos, na escola e na comunidade.

Portanto a Educação Inclusiva vem ganhando força no Brasil desde meados da década de 1990, e amplia sua concepção de educação especial, tendo a finalidade de permitir a todos os alunos os mesmos direitos daqueles que não possuem nenhuma deficiência ou que não sofram nenhum tipo de preconceito, a ter o direito a educação, possibilitando a matrícula nas escolas de ensino regular, concedendo, àqueles que necessitarem, atendimento pedagógico especializado.

Para a criança em desenvolvimento, é importante a manifestação de afetividade, e solidariedade, se pretendido o senso inclusão. Este movimento deve ser não apenas educacional, mas também social e político no que se refere a estratégias de intervenção consciente e responsável, no contexto educacional, para que no futuro as crianças venham também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a dificuldade da real inclusão é uma questão recorrente nas escolas e estabelecimentos de ensino, é necessário que o professor e a comunidade escolar tenham conhecimento sobre o assunto, ou ao menos busque meios efetivos para auxiliar seus alunos além do processo de aprendizado. O professor deve reconhecer a segregação e discriminação são problemas a serem debatidos em sala de aula, mas que de fato é uma dificuldade transitória e que nas inter-relações estabelecidas em sala de aula os alunos podem exercer seu pensamento crítico, buscando ferramentas que auxiliem a superá-la.

O desafio é grande, vivemos intensamente o momento de lutar pelas oportunidades de fortalecimento para a educação inclusiva, momento em que temos a possibilidade de mudar e incluir todas as pessoas, garantindo seus direitos como cidadão, sem discriminação e preconceitos. Ensinar a ser um ser humano com valores, sem preconceitos, é um desafio para pais e professores, sabemos que somente com a educação é possível romper preconceitos e transformar vidas.

Uma das ações a ser observada é a promoção de vivências e cursos de capacitação para professores possibilitando a criação de formas alternativas para que as crianças diferentes possam se desenvolver. Desta forma a escola e a os profissionais envolvidos podem ajudar tanto os alunos, em suas necessidades sociais (escolares ou não), quanto os seus familiares, na garantia de direitos à informação e



ao suporte indispensável ao desenvolvimento das interações sociais e relacionamento humano, assim como a referenciamento a locais com atendimento especializado, quando necessário.

Espera se, ainda, que a avaliação diagnóstica, possa ser feita por uma equipe técnica multidisciplinar a fim de entender melhor as especificidades e individualidade dos alunos. Cabe aí uma ressalva, sobre a necessidade de a psicologia estar cada vez mais implicada nos ambientes escolares, para orientar e buscar parceria com as famílias e com a comunidade além da comunidade escolar.

Ao professor, cabe conhecer cada um de seus alunos e atentar às dificuldades de cada um, para que essas não se transformem em um problema.

Além do conhecimento dos dispositivos legais que garantem a inclusão, os profissionais devem estar dispostos a escutar, seus alunos observar suas atitudes, comportamentos, mensagens, ideias, e todos os outros aspectos que permeiam suas subjetividades, em busca de uma metodologia mais efetiva que vá além de aprender, a ler e escrever, mas uma adaptação nas propostas de trabalho que busquem também a inclusão social e valorização das diferenças. Isso só será possível se o profissional também for escutado e valorizado, e lhe for dada essa oportunidade.

É ainda um desafio trabalhar frente a estas questões, o profissional deve também ser incentivado a pesquisar e produzir conhecimento para que possa encarar e se preparar para as possíveis situações problema, desenvolvendo competências que possibilitem reconhecer as dificuldades dos seus alunos dentro ou fora da escola.

Posto os dilemas no sistema educacional percebemos que a inclusão é um conceito que ainda em construção. Consta na literatura diferentes definições em diferentes países. Essa indefinição conceitual, gera desacordos e divergências, que acabam por criar dificuldades nas escolas tais como desentendimentos, que dificultam o processo da inclusão de fato.

O conceito de inclusão tem sido usado predominantemente como sinônimo para integração de alunos com deficiência na educação formal, mas de forma muito vinculada com a educação especial. Todos os alunos, independentemente de deficiência, querem se sentir incluídos, fazer amigos e conviver de maneira saudável e adaptativa.

Queremos com esse trabalho afirmar que o objeto alvo da Educação Inclusiva deve ser todos os seres humanos, e não só aqueles excluídos do processo educacional. Todos devem envolver-se para que a tão necessária inclusão aconteça, e a fase da infância é uma fase privilegiada para trabalhar essas questões. Os valores humanos, podem e devem ser trabalhados nas escolas, independente da questão da deficiência. A qualificação dos professores deve ser capaz de possibilitar uma visão humanística da educação,

Ainda estamos aquém do necessário para que estes valores sejam completamente introjetados pelos professores e pela comunidade escolar. Ainda é necessário que aconteçam algumas mudanças como um investimento adequado na formação científica e cultural não só na rede de ensino, mas no que se refere a sensibilização dos professores.

Em outras palavras e infelizmente, ainda é vigente o pensamento acerca da inclusão apenas para pessoas com de deficiência; esta é uma prática a ser superada. As escolas devem adaptar e melhorar suas condições de funcionamento e práticas pedagógicas para toda a comunidade escolar, e não apenas para as pessoas em situação de deficiência, pois todos têm direito de aprender e participar, apropriando-se dos conhecimentos e cultura.

Portanto, reconhecer, conviver com as diferenças e por fim valoriza-las é o princípio para uma educação que atenda as diversidades com a garantia de sucesso, compreendendo as várias formas de ser na heterogeneidade do ser humano.

Devemos sempre almejar uma prática pedagógica, social e colaborativa; entre escola, aluno, comunidade e família pensando a elaboração do Plano Educacional.

Concluindo, as necessidades educativas da criança não deveriam estar relacionadas apenas com o rótulo de uma deficiência. O pensamento da Educação Especial pode levar à defesa da integração de todas as crianças nas escolas regulares, permitindo a elas assumirem novos papéis de acordo com suas especificidades. Estes seriam os comportamentos e atitudes éticas, justas e humanas que todos nós desejamos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial. Brasília:MEC/SEESP, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FERNANDES, S. M. M. A educação do deficiente auditivo: um espaço dialógico de produção de conhecimento. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

FERREIRA, Maria Elisa Caput e GUIMARÃES Marly. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, Rosana & FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, Brasília, v. 1, nº 1, 2005.

GUSMÃO, Neusa M. M. Desafios da Diversidade na Escola. Revista Mediações, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, jul/dez, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da Educação Infantil: formação e construção de identidades. São Paulo, Cortez, 2001.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos: quadro de ação para responder às necessidades de educação básica. Lisboa: Ministério da Educação, 1990.